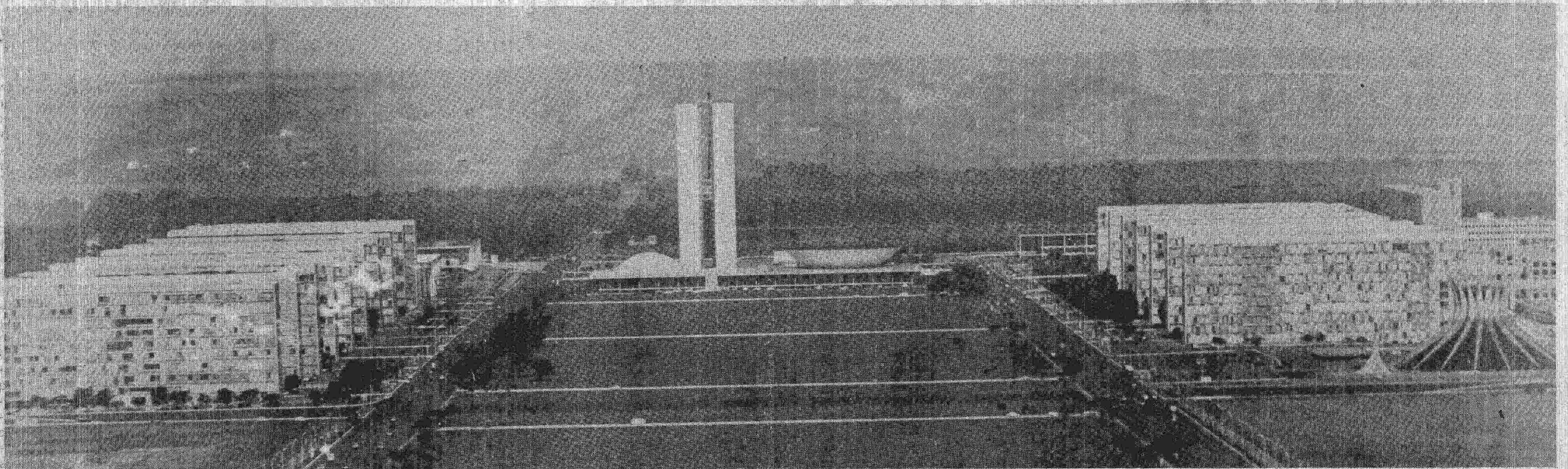


Compre **CAFÉ CÂMARA:** O café de bom gosto.**BRASÍLIA EM QUESTÃO**

Matta Machado quer preservar e tomba o Plano Piloto para que Brasília continue sendo a única cidade do mundo que obedece aos quatro princípios básicos da Carta de Atenas, pois oferece trabalho, habitação, circulação e recreação

Tombar o Plano Piloto

Uma ação popular, proposta pelo advogado carioca Matta Machado, quer evitar a especulação imobiliária no DF



O advogado Matta Machado



A cidade deve continuar com seus espaços abertos, diz Matta Machado

Fotos: Givaldo Barbosa

OTAVIO PARAGUASSU

Uma ação popular, que já conta com milhares de assinaturas, dará nos próximos dias entrada na Justiça, pleiteando o tombamento do Plano Piloto de Brasília pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico. O autor da iniciativa, o advogado carioca Matta Machado - candidato a deputado federal pelo PTB fluminense -, é o mesmo que, no Rio de Janeiro, patrocinou um processo pelo tombamento do Hotel Copacabana Palace.

Tal medida tem o objetivo de evitar que Brasília se torne, a exemplo das principais capitais brasileiras, alvo da desenfreada especulação imobiliária, que já cogita de adensar a ocupação da cidade, aproveitando as áreas verdes e as áreas livres ainda existentes no Plano Piloto. A iniciativa de tombamento, que habitualmente cabe ao Estado, é também franqueada ao cidadão, segundo o artigo 154 da Constituição: "Qualquer cidadão será parte legítima para propor ação visando a anular ato lesivo ao patrimônio de entidades públicas". A ação popular, nesses casos, visa a suprir a omissão do Estado.

LOBBIES

Matta Machado, de qualquer forma, está ciente de que terá de enfrentar poderosíssimos lobbies da construção civil, cujo poder de pressão pode ser avaliado pelo êxito obtido junto às autoridades de Estados que se curvaram à sanha demolidora da especulação imobiliária. O Rio de Janeiro é exemplo expressivo. O crescimento intenso e desordenado da ex-cidade maravilhosa fez com que o custo do metro quadrado subisse a níveis que o colocam entre os mais caros do mundo. Tal encarecimento estimulou o crescimento vertical da cidade. Hoje, em alguns locais do Rio de Janeiro, o gabarito dos prédios já atingiu o absurdo limite de 42 andares.

Brasília, com 76 metros quadrados por habitantes de área verde, é, sem dúvida, uma cidade privilegiadíssima. A rigor, segundo Matta Machado, "é a única cidade no mundo que obedece aos quatro princípios básicos da Carta de Atenas: oferece habitação, trabalho, área de circulação e área de recreação".

Há, mesmo assim, quem tema que, sendo Brasília uma cidade ainda bem jovem, haja precipitação em tombá-la. Invoca-se, nesse sentido, o argumento de que as cidades são organismos vivos, que precisam se expandir e se transformar espontaneamente. Matta Machado não concorda com a alegação:

- No caso específico de Brasília - diz ele -, tais argumentos não procedem. Trata-se de uma cidade administrativa, o centro do poder e, tal como Washington, não pode ser vítima de uma explosão urbana - que, aliás, é um fenômeno que basicamente afeta apenas ao mundo subdesenvolvido.

As previsões mais otimistas estimam que o Brasil, no ano 2000, terá cerca de 200 milhões de habitantes, dos quais 170 milhões estarão espremidos nos grandes centros urbanos. Essa imensa pressão demográfica do campo para a cidade - que, aliás, já estamos assistindo - provocará o problema dos congestionamentos totais, fenômeno típico das megalópoles. "Se não houver um basta agora", adverte Matta Machado, "Brasília correrá muito perigo".

Matta Machado lembra que essa preocupação com o futuro das cidades - tão desdenhada entre nós - impediu que as principais capitais europeias sucumbissem ao fenômeno das megalópoles. Esse, aliás, é o espírito da Carta de Estocolmo, documento do qual o Brasil é signatário: "É responsabilidade dos Governos legar às futuras gerações um ambiente condigno". "E não há cidade grande no Brasil", lembra Matta Machado, "com a qualidade de vida encontrada em Brasília".

Na história mais recente da humanidade, registram-se, entre outros, dois exemplos bem sucedidos de preservação de cidades. Na Inglaterra, para preservar Londres, implantaram-se as "cidades novas". O êxito foi satisfatório, pois, ao menos, conteve-se a explosão demográfica sobre a capital britânica, descentrando-se também os investimentos públicos e privados. Na União Soviética, a coletivização dos meios de produção e a planificação total da economia evitaram a destruição de Moscou.

- No Brasil - diz Matta Machado -, poderemos, pelo menos, senão alcançar o êxito londrino, evitar o desastre que já alcançou cidades outrora maravilhosas, como o Rio. Basta que as autoridades acordem a tempo e lembrem-se de que também são responsáveis pelo futuro.

A LEI

A base legal para a ação popular promovida por Matta Machado é o artigo 160 da Constituição, que atribui ao Estado o dever de preservar os monumentos de valor históricos, cultural, artístico ou paisagístico. O instrumento dessa preservação é o tombamento, por iniciativa da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em casos como o de Brasília - em que o Estado se omite, qualquer cidadão pode, através de ações populares, tomar a iniciativa.

Matta Machado acredita que, pouco a pouco, o brasileiro vai-se conscientizando de sua condição de contribuinte - e, como tal, de sustentáculo da máquina administrativa do Estado -, valorizando, com isso, iniciativas como a da ação popular. No Rio, onde atua como advogado, Matta Machado mobilizou milhares de pessoas do bairro de Copacabana para tentar impedir, junto à Justiça, a demolição do tradicional Copacabana Palace Hotel. Identifica iniciativa tentará impedir a demolição da sede do Clube de Regatas Flamengo, na Gávea, para a construção de um Shopping Center. Matta Machado esclarece a necessidade no Brasil dessas ações:

- Com o advento do BNH - explica -, o processo de destruição das cidades se tornou muito mais veloz, pelas facilidades concedidas à construção civil. Os desvios do BNH estão aí: ao invés de apenas casas populares, o Banco passou a financiar também - imagine! - shoppings centers. Ou seja, num país onde o Estado não apenas se omite, mas, frequentemente, se coloca contra os interesses do cidadão, este tem de apelar para o único instrumento de defesa a seu alcance: as ações populares. E o grau maior ou menor de eficácia desse instrumento estará na razão direta da frequência com que as comunidades passem a adotá-lo.